



Uma só vida. Resistência biológica, resistência política*

One Life Only. Biological Resistance, Political Resistance

DOI: 10.20873-rpvn9v1-01

Catherine Malabou

Resumo

O texto visa explicar uma impossibilidade, um impensável, presente na filosofia contemporânea marcada pela preeminência não crítica da vida simbólica sobre a biológica. Propõe-se uma teoria que transcende a biopolítica e o biopoder, eliminando a oposição entre o biológico e o simbólico. A intenção é desenvolver um conceito de resistência biológica que não seja indiferente à resistência política. O título sugere uma cumplicidade, na forma de alternância, entre ambos, com um objetivo claro: uma conjunção dialética e complexa que nos ajude a compreender o papel da biologia na resistência política e vice-versa. Essa abordagem exige repensar a biologia de maneira que transgrida a normalização e instrumentalização típicas da biopolítica. Não se trata apenas de um problema de discurso disciplinar ou práticas das ciências da vida, mas de uma distinção que as ciências humanas mantiveram entre vida simbólica e biológica, que hoje se mostra insustentável. O texto defende que a biologia contém uma resistência simbólica inerente, onde a vida resiste ao seu polimorfismo e fixação. Entender que o simbólico representa os diversos jogos que a vida joga consigo mesma, sem se fragmentar, permite reconhecer o potencial revolucionário da clonagem, suas técnicas e mecanismos epigenéticos. A epigenética, em especial, resiste à redução política da biologia a um mero veículo de poder. Reduzir esses novos campos à normalização biopolítica nos faz perder uma nova perspectiva: um intercâmbio evolutivo dentro da vida, expondo-a a riscos e novas possibilidades. Assim, o texto afirma que a vida biológica cria sua própria simbolização, sem depender de uma economia simbólica transcendental. Ele argumenta que a resistência simbólica está enraizada na biologia, resistindo ao polimorfismo e à fixação, e que a epigenética revela a complexa relação entre o biológico e o simbólico. Limitar esses campos à normalização biopolítica obscurece a compreensão da vida como um processo contínuo de troca e transformação, repleto de novas possibilidades e riscos**.

Palavras chaves

Biológico e simbólico. Plasticidade. Clonagem. Epigenética.

* Extraído de C. MALABOU, "Une seule vie. Résistance biologique, résistance politique". *Esprit*, vol., n. 1 (Janeiro), 2015, pp. 30-40. Traduzido do francês por Antonio Frank Jardimino Maciel. O tradutor e a Revista *Perspectivas* agradecem à autora pela autorização para publicar esta tradução.

** Resumo do tradutor.

Abstract

This is a programmatic text aiming to explore an impossibility, an unthinkable concept. Contemporary philosophy is marked by the uncritical and undeconstructed preeminence of symbolic life over biological life. We propose a synthetic theory that transcends biopolitics and biopower, avoiding opposition between the biological and the symbolic. Instead, it seeks a concept of biological resistance intertwined with political resistance, emphasizing their complicity (in the form of alternation) with a clear purpose. A dialectical and complex conjunction aids in understanding the role of biology in political resistance and vice versa. This prompts the need to rethink biology's transgression of biopolitical normalization and instrumentalization. The issue is not merely the expansion of a problem related to disciplinary discourse or life sciences practices. The text proposes that the long-held distinction between symbolic and biological life in the human sciences is now untenable. It asserts a symbolic resistance inherent in biology, where life resists both its polymorphism and fixation. Recognizing that the symbolic represents the diverse games life plays with itself, without fragmentation, allows us to grasp the revolutionary potential of cloning, its techniques, and epigenetic mechanisms. Epigenetics, in particular, resists the political reduction of biology to a mere vehicle of power. Reducing these new spheres to biopolitical normalization overlooks a new perspective: an evolving exchange within life itself, exposing it to risks and new possibilities.

Keywords

Biological and Symbolic. Plasticity. Cloning. Epigenetics.

Que a resistência ao que hoje se convencionou chamar de “biopoder” – controle, regulação, exploração e instrumentalização do vivente – possa vir das possibilidades inscritas na estrutura do próprio ser vivo e não de conceitos filosóficos que a dominam; que possa haver uma resistência biológica à biopolítica; que o “bio” possa ser considerado como uma instância complexa e contraditória, oposta a si mesma e que, por um lado, designa o veículo ideológico da soberania moderna, e, por outro, a retém; é algo que parece nunca ter sido pensado.

O preconceito antibiológico da filosofia

O que isso quer dizer? É um fato que a nossa época viu o definitivo esvanecimento do limite que, durante séculos, acreditou-se estar assegurado entre sujeito político e sujeito vivente. Foucault trouxe à luz de maneira magistral o apagamento desse limite, um apagamento que marca o nascimento da biopolítica e forma o traço característico da soberania moderna:

O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal [vivente]¹ e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser [vivente] está em questão (FOUCAULT, 1988, p. 134).

Esta célebre afirmação caracteriza o biopoder como o dispositivo de introdução da vida “nos mecanismos políticos”. O poder exerce-se, no limiar da modernidade, sobre os “processos da vida” e compromete-se a “controlá-los e modificá-los” (FOUCAULT, 1988, p. 134). Giorgio Agamben, em *Homo sacer*, retoma a análise desta zona de indiferenciação entre vida biológica e vida política que agora define o espaço da comunidade. O vivente entrou definitivamente na política.

Todavia, deve-se notar que tal “entrada” é unilateral, não dialética, sem reversão. O “processo de duplo cruzamento de politização da vida e de biologicização da política” (ESPOSITO, 2017, p. 155) acontece sem tensão, pois o biológico é privado do direito de resposta e parece apenas se enquadrar nos moldes do poder. Tudo se passa como se a biologia se preparasse desde o seu nascimento, no século XVIII, para a sua investidura política, emprestando ao poder categorias trânsfugas. Com efeito, todos os “conceitos biológicos” têm, segundo Foucault, um “caráter compreensivo e transferível” (FOUCAULT, 2001, p. 40), motivo pelo qual esses excedem o seu significado técnico para assumir um sentido normativo. Ora, o devir político dos conceitos biológicos avança em um único sentido, aquele do controle, da regulação dos indivíduos e das populações. Parece estar estabelecido que não possa existir uma resistência *biopolítica* a *biopolítica*.

Giorgio Agamben, radicalizando este ponto de vista, não hesita em dizer que o nazismo não teve sequer necessidade de adaptar os conceitos genéticos aos seus fins; eles estavam de certa forma já prontos ao uso:

É importante observar que, contrariamente a um difundido preconceito, o nazismo não se limitou simplesmente a utilizar e a distorcer para seus próprios fins políticos os conceitos científicos de que

¹ No francês o termo utilizado é *vivant* que é muito próximo ao participio presente do latim *vivens, viventis*. Em português o termo vem utilizado em diferentes maneiras: ser vivo (a mais utilizada), vivo ou vivente. Na tradução do texto de Foucault de fato o a locução utilizada é “ser vivo”. Nós no caso para manter uma certa coerência terminológica e aproximação idiomática vamos utilizar o termo “vivente” modificando ulteriormente a tradução brasileira. Por isso vamos colocar entre colchetes qualquer alteração feita nas traduções originais por quanto concerne este termo em específico. (Nota do tradutor).

necessitava; o relacionamento entre ideologia nacional-socialista e o desenvolvimento das ciências sociais e biológicas do tempo, em particular o da genética, é mais íntimo e complexo e, simultaneamente, mais inquietante. (AGAMBEN, 2007, p. 153).

Na mesma perspectiva, Roberto Esposito não hesita em escrever que o nazismo é “uma *biologia realizada*” (ESPOSITO, 2017, p. 166).

Evidentemente, esse modo de pensar deixa à margem do caminho tudo aquilo que, na biologia, não concerne somente o adestramento dos corpos ou a regulação das condutas, mas [ao contrário] revela a reserva de possíveis inscrita no próprio vivente. Uma dimensão atestada hoje pelas descobertas revolucionárias da biologia molecular e celular. Estas descobertas, que permanecem em grande parte ignoradas pelos filósofos, são precisamente susceptíveis de renovar a questão política. Isso pode ser demonstrado a partir de duas categorias centrais. A primeira é a *epigenética*. A segunda é aquela da *clonagem* segundo seus dois campos operativos: a *reprodução assexuada* e a *regeneração*, ou *auto-reparação*.

Estamos bem conscientes de tratarmos aqui com noções explosivas, as quais aparecem na maioria das vezes como as ferramentas privilegiadas da biopolítica contemporânea e, ao mesmo tempo, de suas derivas industriais, biologistas ou eugenistas. Portanto, sustentamos que essas categorias nos permitem questionar o preconceito antibiológico da filosofia.

Que preconceito é esse? A filosofia contemporânea tem a marca da *preeminência não crítica e não desconstruída da vida simbólica sobre a vida biológica*.

A vida simbólica é aquela que excede a vida biológica, que lhe confere um sentido. Ela designa a vida espiritual, a vida [como] “obra de arte”, a vida como cuidado de si e formação do ser, que desprende a nossa presença no mundo da sua única dimensão natural e obscura.

Os conceitos de *corpo* em Foucault e o de *vida nua* em Agamben testemunham esta duplicação inquestionável do conceito de vida. Eles expulsam, paradoxalmente, o biológico que deveria constituir o seu centro – o qual se torna, por esse fato, o seu impensável resíduo.

Retomemos novamente a frase da *História da Sexualidade*: “o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser [vivente] está em questão”. Rapidamente, Foucault identifica a “sua vida de ser [vivente]” com o *corpo*:

o objetivo da presente investigação é [...] mostrar de que modo se articulam dispositivos, de poder diretamente ao corpo (FOUCAULT, 1988, p. 142).

O corpo tem valor de traço de união entre “anatomia, o biológico, o funcional” (FOUCAULT, 1988, p. 142) e aparece como o menor denominador comum entre as diversas determinações destinadas a qualificar a “especificidade do [vivente]” (FOUCAULT, 1988, p. 135): “fato de viver” (FOUCAULT, 1988, p. 134), ser membro de uma “espécie [vivente] num mundo [vivente]” (FOUCAULT, 1988, p. 134); haver condições de existência, probabilidades de vida, uma saúde, individual e coletiva.

Ora percebemos rapidamente que o corpo é na realidade 1) tudo e parte de uma lista na qual o biológico se define de forma esparsa: “corpo, funções, processos fisiológicos, sensações, prazeres” (FOUCAULT, 1988, p. 142), ou ainda: “órgãos, localizações somáticas, funções, sistemas anátomo-fisiológicos, sensações, prazeres” (FOUCAULT, 1988, p. 143); 2) o que é e não é redutível ao biológico. Por último, este pode ser definido como “o que neles há de mais material, de mais [vivente]” (FOUCAULT, 1988, p. 142) nos corpos. O que devemos entender com isso? O que existe ainda de mais ou de menos vivente, de mais ou de menos material no corpo? Se a resposta é afirmativa, então isso significa que o “menos vivente” e o “menos material” é o que é, no corpo, incorpóreo: o espiritual ou o simbólico.

O mesmo problema acontece com a “vida nua”, que Giorgio Agamben tomou emprestado de Benjamin (*bloss Leben*) e que constitui uma categoria central da sua análise da biopolítica. Sob vários aspectos, a vida nua parece se confundir com a vida biológica. Esta remete ao “simples fato de viver”, designa a “vida natural” (pela qual não há o bem e o mal, mas “o prazeroso e doloroso” (AGAMBEN, 2007, p. 10)), “a vida biológica como tal” (AGAMBEN, 2007, p. 11). Na maioria das vezes, ela é qualificada como “pura” (AGAMBEN, 2007, p. 188) ou “simples”: “simples fato de viver”, “simples vida natural”. Mas pode ser também sinônimo de corpo: “simples corpo vivente”, corpo dócil (“o poder penetra no próprio corpo de seus sujeitos” (AGAMBEN, 2007, p. 11)). Mas reencontramos aqui a mesma incerteza. Como escreve Agamben: “A vida nua [...] habita o corpo biológico de cada ser vivente” (AGAMBEN, 2007, p. 146). Mais uma vez, não há espaço, portanto, para outra coisa que a vida nua no corpo biológico. Então, em que consiste

aquilo que não é vida nua neste corpo? Compreende-se que a vida nua é aquilo que vive no corpo biológico sem ser redutível a ele – o seu símbolo.

Os biólogos, voltamos a constatar, não nos ajudam neste ponto. Nenhum dentre estes considerou útil responder aos filósofos e suprimir a assimilação entre biologia e biologismo. Parece impensável que não conheçam Foucault, que nunca tenham encontrado a palavra biopolítica... Fixados nos dois polos da ética e do evolucionismo, não conduzem à reflexão sobre o modo como a ciência do vivente poderia e deveria preocupar-se doravante com a identidade entre a determinação biológica e a normalização política. O escudo ético com o qual se rodeia o discurso biológico hoje não é suficiente para delimitar o espaço da desobediência teórica ante as acusações de cumplicidade entre ciência do vivente, capitalismo e manipulação tecnológica da vida.

A distância entre o ser vivo e ele mesmo

É oportuno, portanto, para finalmente lançar as bases da discussão, pedir “permissão” à biologia contemporânea – retomando uma expressão de Canguilhem – para delinear seus “conceitos fundamentais” (CANGUILHEM, 2011, p. 85).

Epigenética e clonagem são conceitos tais, ligados por um conjunto de relações complexas, que situam o vivente como centro de interações.

No primeiro caso (epigenética), as interações ocorrem entre dois sistemas de transmissão da informação hereditária, tanto no nível do desenvolvimento individual (desenvolvimento ontogenético) como no nível da perpetuação dos caracteres da espécie (hereditariedade filogenética). No Segundo caso (clonagem), as trocas ocorrem entre dois regimes de reprodução: procriação e transferência do núcleo. Cada um destes dois casos faz aparecer o vivente como uma estrutura aberta na qual se cruzam regimes diferentes de transmissão da memória e do patrimônio.

É preciso pensar “o que neles há de mais [vivente], de mais material nos corpos” como um espaço de jogo, um dinamismo formativo e transformativo da identidade orgânica que opera *na* economia do próprio vivente e não fora dele. A distância aberta entre o vivente e si mesmo,

por meio da dupla interface entre regimes de transmissão e regimes de reprodução é uma distância memorial paradoxal, na medida em que revela a partir daí o movimento fundamental entre *irreversibilidade* e *reversibilidade da diferença*.

A epigenética

Em primeiro lugar, a epigenética nos permite colocar em questão a definição do vivente como um conjunto de funções; em seguida, nos permite colocar em questão a definição do vivente como programa; enfim, embaralha a linha divisória entre o fato de viver e a elaboração de um modo de ser. A palavra “epigenética” provém do nome “epigénese” (do grego *epi*: sobre ou acima de, ao lado; e *genesis*: gênese; *epi-genesis* significa, então, literalmente “acima da ou ao lado da gênese”), apareceu no século XVII para designar uma teoria biológica que afirma que o embrião se desenvolve por diferenciação sucessiva de partes e, portanto, se opõe ao preformismo. Este último, inversamente, pressupõe que o organismo vivente esteja inteiramente constituído de antemão, em pequena escala, no germe.

Resta algo da “epigénese” na “epigenética” contemporânea, uma vez que é uma ciência cujo objeto é um certo tipo de desenvolvimento progressivo e diferenciado. O termo foi utilizado pela primeira vez por Conrad Waddington em 1941, para designar o domínio da biologia que trata das relações entre os genes e o fenótipo, ou conjunto de caracteres observáveis de um indivíduo, pelos quais são responsáveis (cf. WADDINGTON, 1968-1971)². Chama-se, assim, epigenética o estudo das alterações hereditárias e reversíveis na função dos genes que ocorrem sem alteração desta sequência. Desde a década de 1970, o termo tem sido aplicado ao conjunto dos mecanismos que controlam a expressão genética através da transcrição pelo RNA e modificam a ação dos genes sem modificar a sequência do DNA. Principalmente conhecido por seu papel de mensageiro, que transfere a informação genética do DNA para as usinas de fabricação das proteínas situadas fora do núcleo da célula, o RNA é cada vez mais reconhecido como um ator-chave da história epigenética. Porém o que denominamos “história epigenética”?

² A epigenética é o ramo da biologia que estuda as relações de causa e efeito entre os genes e seus produtos, fazendo aparecer o fenótipo.

Em primeiro lugar, trata-se de uma dimensão essencial do *desenvolvimento ontogenético*. Thomas Morgan já expressava a necessidade de recorrer aos fenômenos epigenéticos para compreender o desenvolvimento individual:

se os caracteres do indivíduo são determinados pelos genes, então por que não são todas as células do corpo exatamente iguais? (MORGAN, 1935, p. 323)³.

Uma vez que cada célula de um mesmo organismo possui o mesmo patrimônio genético, é necessário supor a existência de uma expressão diferencial de genes. Os mecanismos epigenéticos constituem esta expressão, que concerne essencialmente à diferenciação celular e à metilação do DNA via RNA, que favorece ou, pelo contrário, enfraquece a transcrição do código.

Em segundo lugar, a noção de história epigenética remete a um tipo de *hereditariedade*, ou seja, novamente a uma modalidade específica de transmissão da informação de uma geração para outra, daí a importância da sua dimensão *filogenética*. Em sua obra *Evolução em quatro dimensões*, Eva Jablonka e Marion Lamb, que chamam a falar de “reviravolta epigenética” da nossa época, insistem sobre o fato de que a transmissão genética não é o único modo de transmissão hereditária:

A ideia de que o DNA é o único responsável por todas as diferenças hereditárias entre os indivíduos está hoje tão entranhada na cabeça das pessoas que é difícil nos livrarmos dela. Quando alguém sugere que informações transmitidas através de sistemas de herança não genéticos são importantes para entender a hereditariedade e a evolução, [...] as pessoas têm dificuldade para imaginá-los [...]. (JABLONKA; LAMB, 2010, p. 137).

Todavia, a hereditariedade epigenética é hoje incontestável. As modificações epigenéticas têm, com efeito, a particularidade de serem herdadas de uma geração de células para a outra⁴, o que complexifica a ideia de evolução e revela a multiplicidade das suas “dimensões”.

A noção de história epigenética remete, enfim, à forma como as modificações do padrão dos genes dependem não somente de fatores internos e estruturais, como os que acabamos de evocar, mas também de fatores *ambientais*.

³ <https://www.nobelprize.org/uploads/2018/06/morgan-lecture.pdf>

⁴ E isto durante a mitose, ou até mesmo em várias gerações de organismos durante a meiose, mesmo que a sua causa tenha desaparecido.

Com efeito, a epigenética fornece também ao material genético um meio de reagir à evolução das condições ambientais.

Embora as plantas não tenham sistema nervoso ou cérebro, suas células têm a capacidade de memorizar mudanças sazonais. Nos animais, as reações às condições ambientais são ainda maiores. Recentes estudos de laboratório em ratos consanguíneos têm demonstrado que uma mudança no regime alimentar pode influenciar sua progenitura. Em função dessa mudança, os filhotes podem ter uma pelagem marrom, amarela ou manchada. Quando as fêmeas em gestação recebem uma certa alimentação, a sua progenitura desenvolve principalmente um pelo marrom. A maioria dos filhotes nascidos de ratos controle (que não receberam complementos) tem um pelo amarelo ou manchado. Portanto, há uma memória transmissível das alterações devidas ao meio.

Conforme afirma Thomas Jenuwein, diretor do departamento de imunobiologia do Instituto Max Planck:

Sem dúvida, pode-se comparar a distinção entre genética e a epigenética com a diferença entre escrever um livro e lê-lo. Uma vez que o livro é escrito, o texto (os genes ou a informação armazenada sob a forma de DNA) será o mesmo em todos os exemplares distribuídos ao público. No entanto, cada leitor de um determinado livro terá uma interpretação ligeiramente diferente da história, que suscitará nele emoções e projeções pessoais ao longo dos vários capítulos. De uma forma muito comparável, a epigenética permitiria várias leituras de uma matriz fixa (o livro ou o código genético), dando origem a diversas interpretações, segundo as condições em que se consulta esta matriz. (JENUWEIN, 2006, p. 3).

O ser vivo não executa um programa simplesmente. Se a estrutura do ser vivo é um ponto de intersecção entre um dado e uma construção, torna-se difícil estabelecer uma fronteira estrita entre necessidade natural e invenção de si.

Clonagem

E venhamos à clonagem. Para abordar esta última como uma nova categoria conceitual proposta ao pensamento pela biologia contemporânea, vale a pena retornar ao problema, anunciado mais acima, do jogo entre reversibilidade e irreversibilidade da diferença. Um jogo que

“abala, de forma duradoura, as nossas concepções sobre o carácter irreversível dos processos de diferenciação celular” (KAHN, 1999, p. 32).

A primeiras pesquisas sobre clonagem destinavam-se desde o princípio a estudar os mecanismos da diferenciação celular. Mas, logicamente, surgiu rapidamente a questão de uma possível *desdiferenciação* das células. Como escreve Nicole Le Douarin:

As experiências pioneiras sobre a clonagem tinham por objetivo esclarecer um dos principais problemas da vida: como se constroem os organismos multicelulares nos quais a divisão do trabalho entre as células é a regra. A curiosidade dos biólogos levou-os, evidentemente, a colocar a questão de uma generalidade deste fenómeno. Os núcleos de células diferenciadas de organismos superiores, como os mamíferos, são capazes, como os dos anfíbios, de serem reprogramados para recuperar o estado particular e único do núcleo do ovo? (LE DOUARIN, 2007, p. 160).

É possível, em outras palavras, acessar o primeiro estado da célula, no estágio embrionário em que as células ainda não são especializadas? Prossegue a autora:

Os métodos experimentais que teriam permitido responder a esta questão não estavam disponíveis na década de 1960. Só mais tarde a cultura do ovo e do embrião de mamíferos se tornou possível, abrindo caminhos para pesquisa de grande interesse. Essa permitiu o advento das biotecnologias que conduziram à procriação medicamente assistida (PMA) no homem, à produção de células estaminais embrionárias a partir de 1981, à clonagem da ovelha Dolly em 1996 e ao de muitas outras espécies de mamíferos desde então. (LE DOUARIN, 2007, p. 160).

Tentemos pôr um pouco de ordem nesta lista, enfatizando duas operações biotecnológicas realizadas na célula: por um lado, a produção de células-tronco embrionárias, base de um primeiro tipo de clonagem, chamada *clonagem terapêutica*, e por outro lado a clonagem de mamíferos, chamada *clonagem reprodutiva*. Estas duas operações provam a possibilidade de reversibilidade da diferenciação celular e, assim, derrubam um dogma até então considerado como definitivo.

O problema que põe a clonagem à categoria da diferença não é, a princípio, o da cópia, da ameaça de um eterno retorno do idêntico. O clone não será jamais uma cópia fiel e perfeita:

A *epigênese* é um poderoso determinante do desenvolvimento [...] quando se trata de regular o funcionamento dos genes e do estabelecimento de redes neuronais. Essa é ainda mais no que concerne o desenvolvimento da singularidade, das aspirações e dos talentos de cada um. O ambiente em que vive o homem em devir desempenha neste domínio um papel considerável. (LE DOUARIN, 2007, p. 334).

Portanto, se a possibilidade da reprodução mediante clonagem põe o problema da diferença, o mesmo não deve ser buscado na economia da replicação. O lugar do problema, no seio da relação dialética entre epigenética e clonagem, [reside] antes de tudo no caráter unidirecional e definitivo da diferenciação celular, do programa e da impressão. Em outros termos, o que está em jogo é a possibilidade de retroceder a um tempo *anterior à diferença*.

Com efeito, a novidade radical do conceito de vivente elaborado hoje pela biologia deve-se, paradoxalmente, ao reaparecimento dos potenciais celulares, presentes nos animais primitivos e que se pensava terem desaparecido ou pelo menos diminuído nos animais ditos “superiores”. Estes potenciais são precisamente a reprodução assexuada e a regeneração. Estas últimas representam antigas formas de vida atualizadas pelas técnicas de ponta que são a clonagem terapêutica e a clonagem reprodutiva. A inovação biotecnológica, longe de ser uma simples instrumentalização, manipulação, mutilação, atualiza assim uma memória, a dos viventes eliminadas em nós. O pós-humano é ao mesmo tempo o pré-humano. Sobre esta dimensão de *retorno à natureza* da técnica, nenhum filósofo jamais se expressou.

Reparar, regenerar: o jogo dos possíveis

Nos mamíferos, durante a evolução, a possibilidade de reparar naturalmente todo ou parte do próprio corpo, a regeneração, foi em grande parte perdida. É por isso que a descoberta das células-tronco, susceptíveis de reparar, reformar ou regenerar órgãos ou tecidos lesionados, imprime ao olhar uma dupla direção, juntamente para o futuro e para o passado. Rumo ao futuro, quer dizer, na direção do desenvolvimento de técnicas destinadas à utilização médica destas células. Rumo ao passado, visto que a regeneração é uma propriedade muito antiga, ligada aos animais primitivos, como a hidra, o planar, a estrela-do-mar.

Sob vários aspectos, os avanços da biologia fazem retornar, de um modo renovado, um passado que pensávamos encerrado. Jean-Claude Ameisen interpreta este jogo de retorno como um *jogo dos possíveis*. Possíveis que tratariam de “despertar do sono”:

[Nós] podemos tentar nos renovar e nos perpetuar a partir de nossas próprias células-tronco, a partir dos esporos que dormem em nosso corpo. (AMEISEN, 1999, p. 322).

E acrescenta:

As inúmeras inovações do vivente foram construídas [...] a partir da repressão – temporária – da maior parte de suas potencialidades. E a riqueza dessas potencialidades que dormem nas profundezas do nosso corpo, sem dúvida, ultrapassa em muito o que ainda podemos imaginar. (AMEISEN, 1999, p. 323).

A reatualização dos vestígios filogenéticos que se acreditava desaparecidos para sempre constitui o coração da pesquisa biológica contemporânea.

Por qual razão este retorno dos possíveis que acabamos de evocar pode constituir uma força de resistência? A resistência da biologia à biopolítica? Responder a estas questões requer a elaboração de um novo materialismo, que afirma a coincidência do simbólico e do biológico. Não existe mais do que uma única vida.

Os potenciais biológicos revelam modos de transformação inéditos: *reprogramação dos genomas sem modificação do programa genético; substituição total ou parcial do corpo sem transplante nem prótese; concepção de si como fonte de reprodução...* Estas operações realizam uma verdadeira desconstrução do programa, da família e da identidade que ameaçam fraturar a suposta unidade do sujeito político, de revelar o carácter inexpugnável, porque plural, de sua própria “vida biológica”. A articulação do discurso político sobre os corpos é sempre parcial, incapaz de absorver tudo o que a estrutura do vivente pode fazer explodir, ao revelar as possibilidades de uma inversão da ordem das gerações, de uma complexificação da noção de herança, de uma contestação da filiação, de uma nova relação com a morte e com a irreversibilidade do tempo, e, assim, de uma nova experiência da finitude.

Referências

- AGAMBEN, G. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Trad. H. Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- AMEISEN, J. C. *La sculpture du vivant. Le suicide cellulaire ou la mort créatrice*. Paris: Le Seuil, 1999.
- CANGUILHEM, G. *O conhecimento da vida*. Trad. V. L. Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- ESPOSITO, R. *Termos da Política Comunidade, imunidade, Biopolítica*. Trad. T. Campbell, L. E. Fritoli, J. P. Arrosi, A. C. Machado Fonseca, R. M. Fonseca, Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

- FOUCAULT, M. *O Nascimento da Clínica*. Trad. R. Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. de M.T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- JABLONKA, E. e J. LAMB, M. *Evolução em quatro dimensões: DNA, comportamento e a história da vida*. Trad. C. Ângelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- JENUWEIN, T. "Epigenetics". 2006. <www.epigenome.eu, www.epigenome-noe.net>.
- KAHN, A. "Quand les cellules du cerveau se mettent à produire du sang". In: *Le Monde*. 23 de Janeiro 1999.
- LE DOUARIN, N. *Les cellules souches, porteuses d'immortalité*. Paris: Odile Jacob, 2007.
- MORGAN, T. H. "The Relation of Genetics to Physiology and Medicine". In: *Nobel lecture*, 1935. <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/medicine/laureates/1933/morgan-lecture.html>.
- WADDINGTON, C. "The Basic Ideas of Biology". In: *Towards a Theoretical Biology*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1968-1972.

Catherine Malabou

Professora de filosofia na European Graduate School e na Universidade de Kihgston. Professora convidada em diversas universidades norte-americanas. Destaca-se por sua leitura de pensadores canônicos como Hegel, Heidegger e Kant, bem como por sua inserção crítica nos campos das ciências da vida. Entre suas muitas obras, encontram-se *L'Avenir de Hegel* (1994), *Plasticité* (2000), *Que faire de notre cerveau ?* (2004), *Ontologie de l'accident* (2009), *Sois mon corps* (com Judith Butler) (2010), *Le Plaisir effacé* (2020) e *Au voleur ! Anarchisme et philosophie* (2022).